

Perda chegou a US\$ 1 tri

Dida Sampaio

O Brasil perdeu de US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão na década de 80, disse ontem o secretário-especial de Política Econômica, Roberto Macedo, ao apresentar os números sobre as contas nacionais aos jornalistas, repetindo uma exposição que já tinha feito ao Conselho da República, na última terça-feira. O cálculo de Macedo estima a diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) que poderia ter sido obtido, tendo em vista a capacidade instalada da economia, e o que foi efetivamente conseguido. Se essa estimativa for feita em comparação com os índices históricos de crescimento da economia brasileira, a perda chegaria a US\$ 1 trilhão, ou quase três vezes o que se produz anualmente no País, observou.

Durante toda a década de 70, o País cresceu a uma taxa média superior a 7% ao ano. O crescimento econômico em toda a década passada ficou em torno de 1%. Mas não foi apenas o produto que estagnou. A chamada "década perdida" foi caracterizada também por uma redução expressiva na taxa de investimento público e privado, que passou de 23% do PIB para menos de 17%. A taxa de poupança também caiu, com o agravante de que a poupança externa, uma das alavancas do desenvolvimento brasileiro nos anos 70, praticamente desapareceu nos anos 80. A poupança do setor público, que na década de 70 equivalia a 5% do PIB, passou a ser negativa no final dos anos 80, ou seja, os governos federal e estaduais se endividaram para pagar as suas contas.

Carência

A queda dos investimentos, segundo Macedo, está diretamente relacionada com a crise fiscal do setor público. Essa crise e a carência completa de recursos destinados aos investimentos nas áreas sociais e produtivas. Com a falta de recursos, o governo terminou por se endividar e apelou para a emissão de moeda, gerando mais inflação. Esse comportamento das autoridades gerou desconfiância com relação às aplicações financeiras, um desestímulo à poupança do setor privado e incertezas com relação ao futuro.

Além da falta de recursos, a arrecadação tributária da União caiu durante toda a década de 80. A carga tributária líquida (o total da receita, menos as transferências para estados e municípios, os gastos com a Previdência Social, juros e subsídios) era equivalente a 16% do PIB na década de 70. Na década



Macedo apresenta contas

passada ela passou a algo em torno de 10% do PIB. A União foi prejudicada também, segundo Macedo, com a divisão dos recursos tributários. Enquanto em 1970, a União ficava com 88% de tudo o que se arrecadava no País, em 1992 ficará com apenas 49,6%. Os 50,4% serão transferidos aos estados e municípios.

Esse quadro de crise financeira do Estado brasileiro será agravado no próximo ano, de acordo com Macedo, em virtude do aumento dos gastos com a Previdência Social e do custeio da máquina administrativa. Ele estima um aumento de 30% nas despesas do governo. Os gastos com a previdência deverão superar 5% do PIB.

Inflação

Mesmo com todos os programas de ajuste econômico adotados pelo governo, a inflação continua em estado crônico. "Os choques econômicos não tiveram sustentação porque não atacaram o problema fundamental: o déficit público", disse Macedo. Ele mostrou que o déficit público operacional (que exclui os encargos financeiros das dívidas externa e interna) foi de mais de 6% do PIB em 81, mais de 7% do PIB em 82, superior a 4% do PIB em 83, caiu para algo em torno de 2,5% do PIB em 84, subiu para pouco mais de 4% em 85, ficou em torno de 3,5% em 86, foi superior a 5,5% em 87, ficou em quase 5% em 88 e terminou em torno de 7% no último ano do governo Sarney. Somente em 90, o governo obteve um superávit um pouco acima de 1% do PIB. Mas este ano, obterá um novo déficit: 2,4% do PIB. "A inflação ressurgiu de forma menos grave, mas poderá se agravar se nada for feito", disse Macedo.

Para reverter esse quadro, Macedo propõe a realização de um ajuste fiscal expressivo, que será conseguido basicamente com o aumento da arrecadação tributária, o corte de gastos públicos, a renegociação da dívida externa que implica na redução do estoque dessa dívida e a privatização de empresas estatais.